



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Relatório de Atividades

2º trimestre de 2022



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
GOVERNANÇA DO TCEES	4
Visão Geral Organizacional	4
Planejamento Estratégico	5
Projetos Prioritários	5
Desempenho Institucional	9
UNIDADES DE APOIO À GOVERNANÇA DO TCEES	12
Corregedoria	12
Controle Interno	12
INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE	14
Ouvidoria	14
Gestão da Comunicação	15
Montante de Multas e Ressarcimentos Recolhidos	18
CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO	20
Gestão de Pessoas	20
Gestão Educacional	21
Gestão Orçamentária e Financeira	23
Gestão Documental	25
Gestão da Tecnologia	26
AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO	30
Saúde	30
Insegurança Alimentar	31
Educação	32



Meio Ambiente e Saneamento _____	32
Obras públicas _____	33
Mobilidade Urbana _____	34
Desestatização e Regulação _____	34
Auditoria Financeira _____	35
Despesas com pessoal _____	35
Previdência _____	35
Parcerias interinstitucionais _____	36
ATOS DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS _____	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	39
ANEXO ÚNICO – ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL _____	41



INTRODUÇÃO

No 2º trimestre de 2022, em atendimento a sua função fiscalizadora e orientadora, o TCEES executou importantes ações e alcançou resultados positivos, tanto na área do controle da gestão pública quanto na área administrativa.

Em cumprimento ao disposto nos artigos 2º, IX e 169, §§ 1º e 2º da Resolução TC Nº 261, de 4 de junho de 2013 – Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (RITCEES) e no art. 71, § 4º da Constituição Estadual, esta Corte de Contas elabora, trimestralmente e anualmente, o documento denominado Relatório de Atividades, que é encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

O RITCEES, em seu artigo 169, §2º, traz que os relatórios de atividades conterão, além de outros elementos, as atividades específicas no tocante ao julgamento e apreciação de contas e de processos de fiscalização a cargo do Tribunal.

Conforme o artigo 48, IV, K do RITCEES, compete à Assessoria de Governança (ASGOV), unidade de assessoramento da Presidência, a elaboração deste relatório que contempla informações de destaque que foram prestadas por diversas unidades do TCEES.



GOVERNANÇA DO TCEES

Visão Geral Organizacional

O TCEES foi criado por meio da Lei nº 1.287, de 24 de setembro de 1957, e tem como missão gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu dever auxiliar a Assembleia Legislativa e câmaras municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições estão fixadas no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621, de 8 de março de 2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

A Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), traz as competências do Tribunal em fiscalizar o atendimento às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, atualmente, o TCEES compõe-se de sete conselheiros, dois conselheiros substitutos, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas



e quadro próprio de servidores para cumprir as finalidades de apoio técnico e administrativo. O organograma institucional é apresentado no Anexo Único, a fim de promover uma melhor ilustração da sua estrutura organizacional.

Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico é uma moderna técnica gerencial que contribui para o alcance dos resultados almejados, mediante orientações concisas, evidentes, coerentes e harmoniosas que contempla os objetivos a serem perseguidos por toda a organização.

Devido às circunstâncias provocadas pela pandemia (COVID-19), o Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Estado do Espírito, que estabelece a estratégia e direciona o comportamento e o desempenho institucional, foi uma readequação e extensão do Plano Estratégico 2016-2020 para o ano de 2021.

No segundo semestre de 2021 foi dado início ao processo de construção do próximo Plano Estratégico do TCEES.

Projetos Prioritários

Projeto é um conjunto de atividades temporárias, realizadas em grupo, destinadas a produzir um produto, serviço ou resultado. Ele facilita o atendimento a demandas específicas que comportem grande esforço de planejamento e coordenação, e que devem gerar resultados dentro de um prazo estabelecido.

A instituição da metodologia de gestão de projetos no âmbito do TCEES encontra-se regulamentada pela Resolução TC nº 351/2021, que estabelece os critérios para constituição e gestão de projetos prioritários. Em conformidade com esta Resolução, os projetos prioritários devem apresentar vínculo com um ou mais objetivos estratégicos previstos no Plano Estratégico do TCEES.



Os projetos prioritários de 2022 foram concebidos, dentre outros motivos, visando o desenvolvimento de soluções que devam resultar na melhoria de gestão no âmbito interno do Tribunal, na melhoria de resultados e na prevenção de danos à gestão de recursos e de patrimônio públicos.

No 2º trimestre de 2022, os gestores dos projetos estratégicos apresentaram o andamento de seus projetos, todos em fase de execução. Apresentamos a seguir as entregas dos projetos para este ano.

Quadro 1 – Entregas dos Projetos prioritários para o ano de 2022

Projeto	Entregas
Painel Governança	1. Especificação dos requisitos dos painéis; 2. Desenvolvimento pela TI; 3. Homologação pela Asgov e/ou gestores de projetos; 4. Lançamento.
Processo de Gestão Administrativa (2022)	1. API para comunicação com PNCP; 2. Homologação Fases 9, 10, 12; 3. Homologação - Fase 7 – Concessão ARP; 4. Envio de remessas - Todas as fases; 5. Envio de remessas – Ajustes de todas as fases; 6. Treinamento - para todos os setores envolvidos com o cadastro de informações das remessas.
Implementação da avaliação de desempenho com foco em competências	1. Definição das prioridades (Avaliação de resultados); 2. Acerto inicial nas tarefas (e-TCEES); 3. Envio dos requisitos iniciais para SGTI; 4. Criação de indicadores institucionais; 5. Criação de indicadores setoriais; 6. Envio de requisitos para a SGTI (segunda parte); 7. Simulações; 8. Apresentação de proposta de Resolução; 9. Envio de requisitos para a SGTI (terceira parte); 10. Encaminhamento da sugestão de Resolução; 11. Acerto final das tarefas; 12. Outras ações necessárias.
Semear Cidadania (2022)	1. Pesquisa para definir e caracterizar o público atendido, as iniciativas públicas e privadas semelhantes já existentes (realizada); 2. Pesquisa e contato com possíveis instituições parceiras (realizados); 3. Mapeamento de materiais humanos, pedagógicos, financeiros, de TI disponibilizados externa e internamente (realizado); 4. Recursos disponíveis e recursos necessários; material adequado e abordagem pedagógica (definidos); 5. Protótipo do Projeto para execução no segundo semestre de 2022 (proposto); 6. Portaria para formalizar e regularizar as cooperações institucionais no Projeto Semear Cidadania (proposta); 7. Caderno de orientações para o atendimento multidisciplinar de alunos em situação de violência e vulnerabilidade social (finalizado); 8. Planejamento para a execução: leitura e metodologias ativas e tecnológicas (elaborado);



	9. Parcerias públicas e privadas consolidadas (formalizadas); 10. Protótipo (aprovado) e ações / palestras (agendadas); 11. Material didático dos alunos (elaborado); 12. Material paradidático dos professores (elaborado); 13. Palestras/Ações Semear Cidadania (realizadas).
CidadES – Contas (2022)	1. Implementar a nova Classificação das Fontes ou Destinações de Recursos (definida pela STN) a ser utilizada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios - obrigatória a partir de 2023; 2. Implementar a formalização do procedimento de Análise Inicial de Conformidade - AIC das contas anuais, de forma a disponibilizar no sistema a data de início de contagem do prazo de 5 anos do completo recebimento das contas; 3. Implementar aviso automático ao Poder Legislativo Municipal informando sobre a entrega definitiva ou omissão das Prestações de Contas do Chefe de Governo ao TCEES; 4. Definir a especificação do Demonstrativo de Gastos de Pessoal e da RCL dos Poderes do Estado visando especificar as informações estruturadas que faltam para receber nas Prestações de Contas Mensais do Estado; 5. Estudar o Demonstrativo das Parcerias Público Privadas (PPP) – Anexo 13 MDF; 6. Revisar e atualizar normativos associados ao módulo contas, em razão das mudanças promovidas pela STN ou de novas necessidades observadas pela área técnica; alterar modelo de dados; criar e revisar consistências e pontos de controle; 7. Realizar atendimento aos jurisdicionados; 8. Implementar Sistemática de Reprocessamento para os Demonstrativos Fiscais e de Limites Constitucionais (Entrega fora do Escopo do projeto – a ser incluída).
Painel de Controle (2022)	1. Incluir painel para apresentar o limite constitucional 85/95 (Despesas/Receitas Correntes); 2. Manutenção dos painéis de folha em decorrência das alterações promovidas pela Estrutura de Pessoal; 3. Atualização dos painéis do Estado, por conta da adoção do plano de contas do TCE; 4. Atualização dos painéis dos Municípios, por conta da adoção do plano de contas do TCE; 5. Painel de folha de pagamento – apresentação da estrutura de cargos; 6. Elaboração do painel da educação, contendo dados provenientes do CidadES-Folha de Pagamento; 7. Atualização nos painéis de previdência em decorrência do novo plano de contas; 8. Criar painel de apresentação e acompanhamento das determinações expedidas em pareceres prévios; 9. Apresentar versões simplificadas dos Pareceres Prévios (PDF do Parecer Prévio); 10. Evoluir as informações sobre as prestações de governo (prefeito) apresentando as informações sobre seus julgamentos legislativos; 11. Apresentação dos dados PPP's existentes em nosso Estado (melhorias); 12. Atualização do painel COVID (ano 2021); 13. Atualização do painel de PPA – inclusão de novas informações.
Parecer Prévio Reconhecido e Transparente (2022)	1. Normativo regulamentando o art. 131 do Regimento Interno; 2. Ambiente eletrônico de recebimento dos dados do normativo;



	3. Apresentação das informações acerca do julgamento das contas no painel de controle; 4. Apresentação no painel de controle das determinações expedidas no parecer prévio; 5. Desenvolver um modelo padrão simplificado de parecer prévio; 6. Apresentar o modelo simplificado no painel de controle; 7. Regulamentar o serviço de apoio ao Poder Legislativo acerca do julgamento do parecer prévio; 8. Executar o serviço de Help ao Legislativo – contas de 2020 transitadas em julgado.
CidadES – Folha de Pagamento (2022)	1. Normativos revisados; 2. Layout atualizado; 3. Consistências revisadas e aprimoradas; 4. Pontos de controle criados e revisados; 5. Comunicação entre o módulo Folha de Pagamento x Atos; 6. Comunicação entre o módulo Folha de Pagamento x Contas; 7. Relatório de dados para subsidiar fiscalizações do TCEES; 8. Extração de dados para atendimento a solicitações de acordos de cooperação (TCU, CGU, FOCCO etc.); 9. Atendimento aos jurisdicionados.
CidadES - Contratação (2022)	1. Implantação do módulo; 2. Estabilização das remessas; 3. Especificação alterações da Lei nº 14.133/2021; 4. Desenvolvimento alterações da Lei nº 14.133/2021; 5. Avaliar e levantar saídas e a utilização de dados do módulo.
CidadES - Atos de Pessoal (2022)	1. Estudar as novas normas municipais editadas de concessão de aposentadorias; 2. Elaborar tabela de requisitos a partir da nova legislação municipal; 3. Especificar e desenvolver recebimento da remessa; 4. Especificar e desenvolver tabela de regras para a concessão do benefício; 5. Especificar e desenvolver pontos de controle para análise eletrônica dos dados recebidos, emissão de opinião quando ao registro ou denegação do benefício e geração automática da conclusão da ITC; 6. Especificar e desenvolver geração das peças processuais (extrato da remessa e ITC); 7. Integração com e-TCEES para autuação de processo e juntada; 8. Operação assistida do sistema para implantação e manutenções corretivas, orientação aos usuários; 9. Apresentar resultado obtido no ano, a partir da implantação.
Sistema de fiscalização (2022)	1. Documento de especificação das adaptações do sistema necessárias à etapa de planejamento da fiscalização; 2. Documento de especificação das adaptações do sistema necessárias à etapa de execução da fiscalização; 3. Documento de especificação das adaptações necessárias aos relatórios.
Padronização e gestão de achados	1. Especificação do layout; 2. Desenvolvimento da solução; 3. Harmonização da árvore temática de assuntos; 4. Mapeamento de achados e pontos de controle; 5. Cadastramento dos achados na base de dados.
Ambiente de Análise de Contas	0. Entrega do ambiente de contas para análise das Contas de Governo - Exercício 2020; 1. Atualização (sem reestruturação do RT) do ambiente de análise de contas de Câmaras, para as PCA-2021 que serão entregues em 2022;



	2. Evolução do ambiente de análise para contemplar as PCA-2021 de Prefeitos que serão entregues em 2022; 3. Análise de impacto no ambiente dos modelos de RT para a PCA-2022 de Prefeitos e Câmaras Municipais; 4. Estudos para futura automatização da ITC.
Instrução Assistida - e-TCEES	1. Reunião de abertura do Projeto Prioritário, com divisão das equipes de trabalho e das atividades, proposição do cronograma e envio do material de estudo; 2. Definição do grupo de achados por área, incluindo análise preliminar do banco de achados já cadastrado na intranet do Tribunal; 3. Definição de como deverão ser elaboradas a estruturação das especificações de achados alinhado ao Projeto Prioritário Padronização e Gestão de Achados; 4. Especificação dos principais achados envolvendo peças elaboradas nas unidades da SecexFiscalizações e forma de interligação dos achados com as jurisprudências da Corte; 5. Especificação de template das principais peças técnicas (Manifestação Técnica Cautelar, Manifestação Técnica, Instrução Técnica Inicial, Instrução Técnica Conclusiva, Manifestação de Defesa Oral, Decisões Segex); 6. Desenvolvimento da solução para cadastro dos achados (SGTI); 7. Cadastramento dos achados em banco de dados disponibilizado pela TI; 8. Consolidação e envio de proposta de templates e informações sobre cadastro de achados, bem como proposta de trabalhos futuros.
Seleção de denúncias e representações para processamento	1. Contextualização e benchmarking; 2. Proposta preliminar de metodologia de seleção; 3. Proposta intermediária de metodologia; 4. Teste da metodologia; 5. Proposta preliminar de metodologia e de Ato Normativo; 6. Realização de Consulta Pública; 7. Proposta definitiva de metodologia e Ato Normativo.
CidadES - Relatórios para ações de controle	1. Contextualização; 2. Benchmarking; 3. Definição dos relatórios; 4. Elaboração da proposta; 5. Ajuste da proposta; 6. Entrega dos produtos.

Fonte: Assessoria de Governança

Desempenho Institucional

Atualmente o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas do Brasil (MMD-TC) constitui-se o principal instrumento de avaliação dos tribunais de contas brasileiros.



O MMD-TC foi construído com base na metodologia inspirada na Supreme Audit Institutions – Performance Measurement Framework (SAI PMF), da Intosai (Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores), incorporando as diretrizes da Atricon, as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) e as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs).

O MMD-TC passou por um processo de certificação, com base na norma de referência ISO 17021, de Sistema de Gestão, realizada pela Fundação Vanzolini (USP-SP), entidade certificadora mais bem conceituada da América Latina (membro pleno da organização The International Certification Network IQNet, rede internacional de entidades certificadoras).

No ciclo do MMD-TC 2022, o processo de avaliação do TCEES foi acompanhado pela Fundação Vanzolini em que concluiu que o trabalho realizado está aderente ao Manual de Procedimentos do MMD-TC.

A pontuação atribuída a cada um dos indicadores avaliados pode variar de 0 a 4 pontos, conforme segue:

- 0 – As práticas avaliadas não existem ou não funcionam;
- 1 – Nível de Base: as práticas avaliadas ainda são insatisfatórias;
- 2 – Nível de Desenvolvimento: as práticas avaliadas ainda não são satisfatórias, mas existem indicativos concretos do seu aperfeiçoamento;
- 3 – Nível Estabelecido: o Tribunal tem uma atuação satisfatória, dispõe de bons mecanismos para a garantia da regular aplicação dos recursos públicos;
- 4 – Nível Gerenciado (de excelência): o Tribunal de Contas está devidamente estruturado e cumprindo adequadamente a sua missão constitucional.

Ao ser avaliado com base no MMD-TC, ciclo 2022, o TCEES alcançou 61 pontos dos 80 pontos possíveis nesta avaliação, o que representa o percentual alcançado de 76%, conforme disposto na tabela a seguir:



Nota	Quantidade (20 indicadores)	Pontos (Máx. 80 pontos)
0	0	0
1	1	1
2	5	10
3	6	18
4	8	32
TOTAL		61

Ao comparar o percentual obtido da avaliação realizada no ano de 2022 (76%) com o resultado da avaliação do ano de 2019 (55%), aponta-se que houve um crescimento de 38% no total das notas dos indicadores avaliados, o que demonstra relevante evolução do desempenho obtido pelo TCEES nos últimos 3 anos:

Descrição	2019	2022
NOTAS 3 E 4	40% DOS INDICADORES	70% DOS INDICADORES
PERCENTUAL ALCANÇADO DA AVALIAÇÃO	55%	76%



UNIDADES DE APOIO À GOVERNANÇA DO TCEES

Corregedoria

A Corregedoria do TCEES foi criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, e tem como Corregedor, no biênio 2022-2023, o Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto. A unidade tem por competência aperfeiçoar as ações de controle externo e desenvolver atividades disciplinares, visando a melhoria do desempenho do órgão e a prevenção e apuração de condutas de membros e servidores.

No 2º trimestre de 2022, a Corregedoria do TCEES realizou reuniões externas, por videoconferência, com a Corregedoria do Tribunal de Contas de Minas Gerais e com o Comitê de Corregedorias e Ouvidorias da Atricon.

Ainda no período, foram realizadas diversas atividades técnicas e administrativas, tais como acompanhamento dos prazos dos processos de controle externo; elaboração de Relatórios Mensais do Observatório de Desempenho Institucional; elaboração do Plano Anual de Correição 2022; instrução de processos disciplinares, consultas éticas, Termos Circunstanciados Administrativos e de pedidos de nada consta de processos administrativos disciplinares.

Controle Interno

O Núcleo de Controle Interno (NCI) compõe a estrutura organizacional do TCEES, nos termos do artigo 45, inciso III, alínea “a”, do RITCEES. Integra o Sistema de Controle Interno do Tribunal, sendo responsável pela supervisão das normas de controle relativas ao referido sistema, conforme dispõe o artigo 4º da Resolução TC Nº 223, de 16 de dezembro de 2010, combinado com o quadro de unidades responsáveis disposto no Anexo I da Portaria Normativa nº 103, de 24 de setembro de 2020.



No 2º trimestre de 2022, o NCI realizou as seguintes atividades de natureza técnica, no âmbito de suas competências regimentais:

Foi realizada a análise, apoio técnico e revisão de Norma Interna de Procedimentos – SFI-004/2022, atinente ao Sistema Financeiro do TCEES. A norma dispõe sobre os procedimentos internos para a concessão, pagamento e controle de diárias. A reforma foi necessária em virtude das alterações da estrutura administrativa e dos procedimentos internos implementados desde a sua última edição, no ano de 2015.

O Núcleo realizou também uma auditoria de gestão, com vistas a atuar tempestivamente sobre os atos de gestão praticados pela Administração do TCEES, através do acompanhamento do cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e do Relatório de Gestão Fiscal do TCEES, referente ao 1º quadrimestre de 2022.



INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE

Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal que contribui para uma maior transparência e eficiência na Administração Pública. Prevista no artigo 7º, da Lei Orgânica (Lei Complementar nº 621/2012) e do RITCEES, a Ouvidoria do TCEES foi criada no ano de 2013 com a importante função de promover a coparticipação dos cidadãos no exercício do controle da Administração Pública, constituindo-se como canal de comunicação entre o Tribunal de Contas e a sociedade.

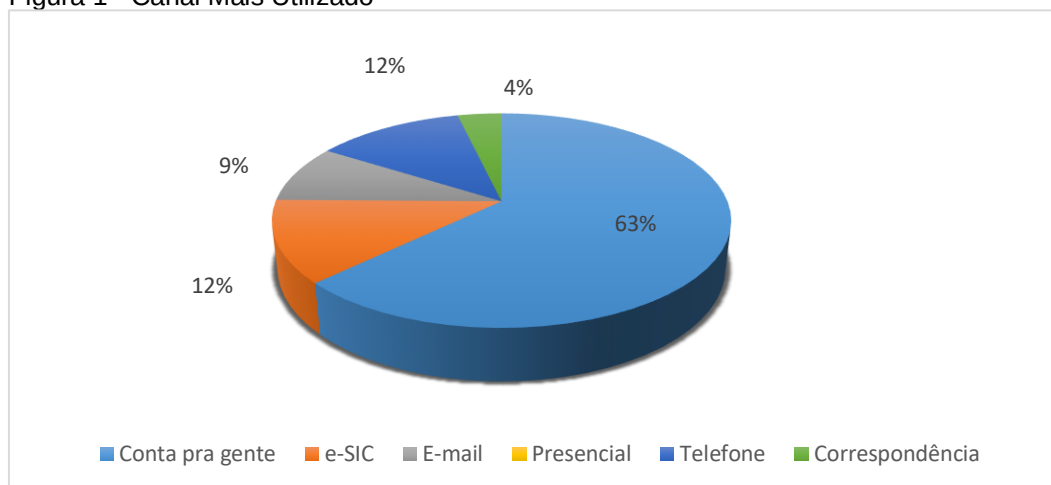
Os canais de comunicação da Ouvidoria estão disponíveis a todos os cidadãos, entidades ou agentes públicos e por meio deles qualquer pessoa pode manifestar a sua opinião sobre os serviços prestados pelo TCEES, buscar informações sobre processos e documentos que tramitam na Corte, noticiar a ocorrência de irregularidades no âmbito da administração pública estadual e municipal, bem como registrar sugestões, elogios ou reclamações.

No 2º trimestre de 2022, a Ouvidoria do TCEES realizou o registro de 218 demandas, sendo 191 demandas típicas (solicitação, notícia de irregularidade, sugestão, reclamação e elogio) e 27 pedidos de acesso à informação.

O canal mais utilizado pela população para o envio de manifestações é o sistema Conta pra Gente, com o recebimento de 137 manifestações, o que correspondeu a 63% do total de manifestações recebidas, como ilustrado no gráfico a seguir:



Figura 1 - Canal Mais Utilizado



Obs: Incluído como correspondência os escritórios do Ministério Público e outros órgãos protocolados no NCD.
Fonte: Ouvidoria

Nesse segundo trimestre de 2022, foram respondidas pela equipe da Ouvidoria 221 demandas, sendo 197 demandas típicas de Ouvidoria e 24 pedidos de acesso à informação, tendo sido todas atendidas dentro do prazo legal (Lei nº 12.527/2011 e Lei 13.460/2017).

Sobre o índice de satisfação do usuário acerca do atendimento prestado pela Ouvidoria, aponta-se, no período, o recebimento de 54 avaliações (22 no sistema “Conta pra Gente”, 10 no sistema e-SIC, 18 via telefone e 4 por e-mail), sendo que em 43 avaliações (80%) os usuários avaliaram o atendimento com notas 5 (muito satisfeito – 42 avaliações) e 4 (satisfeito – 1 avaliação).

Gestão da Comunicação

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, visando a transparência de sua atuação. Dispondo do uso de ferramentas, como o Portal TCEES, e redes sociais, como o Instagram e Twitter, o Tribunal amplia a cada ano a divulgação de informações e serviços pela internet. No quadro 2 estão dispostos dados acerca da atuação da Assessoria de Comunicação (ASCOM).



Quadro 2 - Principais atividades da ASCOM

Principais atividades de comunicação	2º trimestre de 2022
Jornalismo	
Nº de atendimento de demandas de imprensa	6
Nº de entrevistas coletivas	1
Nº de <i>releases</i> /notas/artigos enviados à imprensa	8
Número de notícias publicadas em veículos de imprensa	87
Valoração do espaço conquistado em mídia espontânea	R\$ 414.828,19
Nº de notícias inseridas no Portal TCEES	147
Nº de notícias inseridas na Intranet	68
Redes sociais	
Nº de postagens em redes sociais	182 postagens
Nº de impressões / visualizações em redes sociais	512.567
Nº de vídeos postados (Facebook e Instagram)	29 vídeos
Audiovisual	
Nº de campanhas internas realizadas	4
Nº de peças gráficas (para todas as mídias/publicações)	23
Nº de vídeos publicados na intranet	4

Fonte: ASCOM

No 2º trimestre de 2022, houve a realização de reunião de lançamento do “Painel de Concessões e PPPs”, nova funcionalidade do Painel de Controle, no dia 12 de abril. O evento reuniu secretários de Estado, presidentes de entidades, e dirigentes do setor produtivo e colunista, para a apresentação da plataforma. Houve a produção de textos para o portal, com envio para a imprensa; peças gráficas e vídeos para as redes sociais, com a cobertura da reunião e também com a apresentação do Painel.

No mês de maio, a Ascom lançou uma campanha para incentivar os pais a vacinarem seus filhos. A ação foi motivada pelo relatório de fiscalização da Corte,



que revelou a baixa adesão à campanha de imunização contra a Covid-19 pelo público-alvo de 5-11 anos de idade.

A campanha teve como objetivo sensibilizar pais e responsáveis pelas crianças, apresentando um vídeo de 50 segundos, com imagens altamente produzidas, que ressaltou a importância do cuidado dos pais com os filhos. Foram apresentados dados oficiais, que reforçaram a segurança do imunizante, com o objetivo de enfrentar a resistência dos responsáveis em vacinar os filhos, bem como combater a desinformação causada por fake news acerca do tema.

Para aumentar o alcance da campanha, o Tribunal de Contas inovou e convidou outras cinco instituições a assinar o vídeo como “parceiros” do TCEES. Em contrapartida, os órgãos divulgaram o vídeo em seus canais de comunicação, amplificando significativamente o número de pessoas impactadas pela campanha. Dessa forma, a ação inédita da Corte de Contas recebeu apoio do Ministério Público do Espírito Santo (MPES), do Ministério Público Federal (MPF), do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJ-ES), do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES) e da Assembleia Legislativa (ALES).

O Dia das Mães foi outra ação realizada no 2ª trimestre que merece atenção. Foi proporcionada uma sessão de fotos para que as mães do TCEES pudessem registrar a data ao lado de seus filhos. As fotos foram disponibilizadas para as servidoras, publicadas na galeria de fotos da intranet e também utilizadas para a homenagem publicada nas redes sociais e obteve excelente engajamento externo e internamente.

O Encontro de Formação em Controle – ENFOC, programa de capacitação que leva cursos ligados à gestão e ao controle das contas públicas aos servidores e gestores de vários municípios capixabas, teve início no dia 06/06, na cidade de Nova Venécia, envolveu bastante a Comunicação desde a criação da identidade visual do programa.

O evento contou com a criação de hot site com todas as informações necessárias para participação dos jurisdicionados e robusta cobertura nas redes sociais. Foram publicados post carrossel com resumo das principais informações, post de divulgação do seminário de abertura com auditores e o presidente, vídeo de



alerta, vídeo trend, além da cobertura das agendas institucionais realizadas com fotos e vídeos divulgados em vários formatos. O ENFOC tem previsão de agendas em vários polos do ES até o fim do ano.

Destacamos, ainda, a participação do TCEES na II Maratona de Proteção e Defesa dos Direitos dos Usuários de Serviços Públicos, realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU). O objetivo da ação foi mobilizar as ouvidorias públicas para informar sobre suas atividades e serviços dos seus órgãos, buscando disseminar a toda sociedade o conhecimento da Lei 13.460/2017. Em função deste evento, foram publicados 8 conteúdos, entre posts estáticos, carrosseis, reels de trends e animações em vídeo, alcançando 25.458 pessoas e 17.738 visualizações, principalmente no Instagram.

Montante de Multas e Ressarcimentos Recolhidos

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC) é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Além disto, o MPC é o órgão responsável por monitorar e acompanhar as cobranças relacionadas às punições aplicadas pelo TCEES. No 2º trimestre de 2022, o MPC emitiu 115 termos de verificação de valores pagos no exercício. Do total verificado (R\$ 271.065,10), R\$ 251.580,78 foram em multas recolhidas aos cofres estaduais, conforme determina a legislação, enquanto R\$ 19.484,32 foram devolvidos aos cofres públicos em razão de uso indevido de recursos, como detalhado no quadro 3:



Quadro 3 - Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES no 2º trimestre de 2022.

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES*	2º trimestre 2022
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais	R\$ 251.580,78
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos	R\$ 19.484,32
Total	R\$ 271.065,10

* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.

Fonte: Secretaria do Ministério Público de Contas (SMPC)

Todas as cobranças estão disponíveis no site do MPC para consulta, no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Cobranças. Nele, é possível conferir os valores devidos por todos os condenados pela Corte de Contas a pagar multa e a ressarcir os cofres públicos, bem como os pagamentos efetuados, se houve parcelamento do débito, se foi quitado ou pago com juros, entre outras informações.



CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

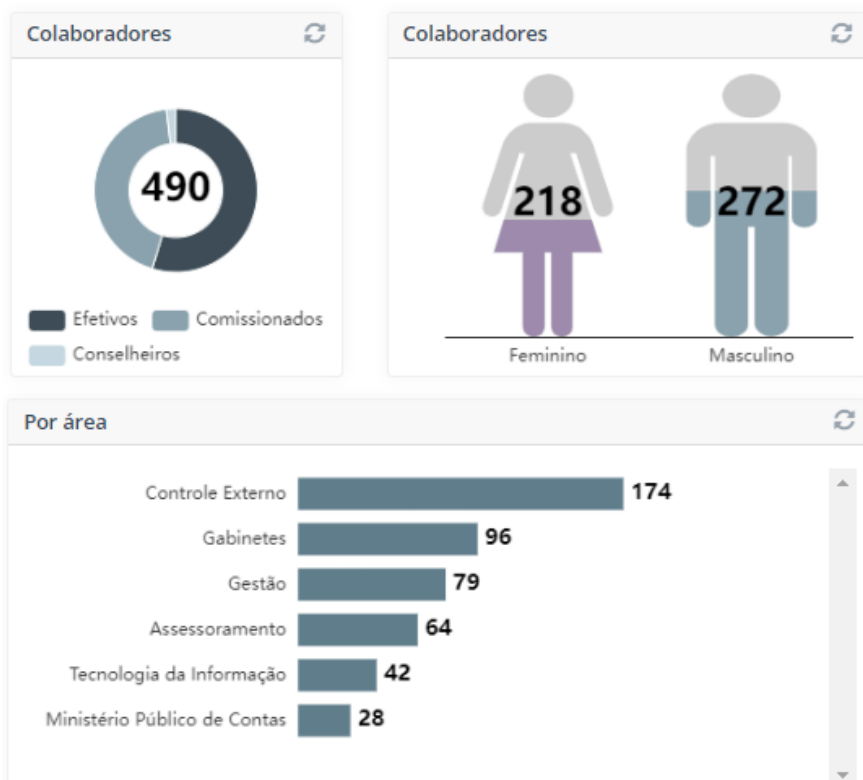
Neste capítulo são apresentados os resultados alcançados no 2º trimestre de 2022 de acordo com a área de gestão, em conformidade com a missão institucional e com os objetivos estratégicos.

Gestão de Pessoas

O TCEES dispõe de uma unidade específica denominada Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) que tem por finalidade assegurar o cumprimento legal, a equidade e zelar pelo bem-estar de seus colaboradores.

No intuito de demonstrar a visão geral dos colaboradores do TCEES, a seguir consta a representação do seu quadro de pessoal:

Figura 2 - Quadro de pessoal TCEES



Fonte: sistema e-TCEES



Dos 490 colaboradores, 55% são efetivos, 43% comissionados e 2% são conselheiros e conselheiros substitutos do TCEES. A instituição conta com 41 cargos de gestão, sendo 21 ocupados por servidores do sexo masculino e 20 do sexo feminino.

No 2º trimestre de 2022, foram realizadas atividades de valorização, motivação e qualidade de vida para os servidores. Além disso, foi realizada a instrução processual para abertura de concurso público para o cargo de auditor de controle externo e de conselheiro substituto e contratação de empresa especializada para a sua realização.

No trimestre, foi reformulado o site do TCEES em relação a informação de vagas de estágio. Agora o estudante consegue verificar na página do TCEES as vagas em aberto para uma possível contratação futura, podendo inserir seu currículo a qualquer momento.

Foi realizado também no período um evento comemorativo na sede do TCEES para homenagear 16 servidores que foram aposentados a partir de 2020.

Gestão Educacional

O TCEES, visando o aperfeiçoamento das competências e habilidades de seus membros, servidores, estagiários, jurisdicionados e dos cidadãos, realiza cursos de capacitação ofertados gratuitamente pela Escola de Contas Públicas (ECP).

No 2º trimestre de 2022, houve a participação de 8.335 pessoas, incluindo servidores e membros do Tribunal e os jurisdicionados, nos eventos e cursos promovidos pela ECP em modalidade presencial e EAD.

No quadro 4 seguem números que demonstram a evolução de cursos e expansão da capacitação pela ECP.



Quadro 4 - Resultados da capacitação

Resultados da capacitação	2º trimestre 2022
Eventos	55
Eventos para servidores do TCEES	36
Interno (promovido pelo TCEES)	-
Externo (promovido por outras instituições)	22
Iniciativa do servidor	5
Outros eventos	9
Eventos para jurisdicionados TCEES (Presencial)	17
Eventos para jurisdicionados TCEES (EAD)	2
Pessoas capacitadas	8.335
Servidores e membros do TCEES	119
Jurisdicionados (Presencial)	1.012
Jurisdicionados (EAD)	7.204
Horas de capacitação	25.374
Servidores e membros do TCEES	2.243
Jurisdicionados (Presencial)	6.304
Jurisdicionados (EAD)	16.827

Fonte: ECP

Ressalta-se que do orçamento inicial da ECP de R\$ 1.620.350,91 foram utilizados até o momento R\$ 775.327,45.

O Encontro de Formação em Controle (Enfoc), maior programa de capacitação presencial do TCEES, teve início em junho e irá até dezembro, oferecendo cursos de atualização e de aperfeiçoamento para gestores, vereadores e servidores municipais em sete polos do Estado.

Neste 2º trimestre, as atividades já se iniciaram nos polos de Nova Venécia e Colatina. Abaixo, datas do evento nos sete polos do ES:

06 de junho a 19 de julho: Polo I – Nova Venécia: contemplando também os municípios de Águia Doce do Norte, Águia Branca, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Conceição da Barra, Ecoporanga, Jaguaré, Montanha, Mucurici,



Nova Venécia, Pedro Canário, Pinheiros, Ponto Belo, São Gabriel da Palha, São Mateus, Vila Pavão e Vila Valério.

27 de junho a 01 de agosto: Polo II – Colatina: contemplando também os municípios de Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Governador Lindenberg, João Neiva, Linhares, Mantenópolis, Marilândia, Pancas, Rio Bananal, São Domingos do Norte e Sooretama.

03 a 23 de agosto: Polo III – Venda Nova do Imigrante: contemplando também Afonso Cláudio, Brejetuba, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Ibatiba, Irupi, Iúna, Marechal Floriano, Muniz Freire e Venda Nova do Imigrante.

25 de agosto a 23 de setembro: Polo IV – Santa Teresa: contemplando também Aracruz, Fundão, Ibirapu, Itaguaçu, Itarana, Laranja da Terra, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa e São Roque do Canaã.

19 de setembro a 19 de outubro: Polo V – Grande Vitória: contemplando também Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

10 de outubro a 21 de novembro: Polo VI – Piúma: contemplando também Anchieta, Alfredo Chaves, Guarapari, Iconha, Marataízes, Muqui, Piúma, Rio Novo do Sul, Presidente Kennedy e Vargem Alta.

07 de novembro a 06 de dezembro: Polo VII – Alegre: Alegre, Apiacá, Atílio Vivacqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Divino de São Lourenço, Dorcas do Rio Preto, Guaçuí, Ibitirama, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui e São José do Calçado.

Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento do TCEES para o exercício de 2022 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 150.589.405,00. O Quadro 5 apresenta a execução orçamentária ocorrida no trimestre avaliado.



Quadro 5 - Execução orçamentária

Acompanhamento	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	147.615.925,00	157.193.925,00	125.743.466,53	73.039.863,56	72.691.493,17
Pessoal	113.490.595,00	120.341.595,00	103.566.674,59	62.150.046,19	61.871.702,93
Pessoal - Ativo	113.490.595,00	120.341.595,00	103.566.674,59	62.150.046,19	61.871.702,93
Outras despesas (custeio)	34.125.330,00	36.852.330,00	22.176.791,94	10.889.817,37	10.819.790,24
Despesas de capital (investimento)	2.973.480,00	3.578.480,00	1.510.897,63	263.299,40	263.299,40
Total Geral	150.589.405,00	160.772.405,00	127.254.364,16	73.303.162,96	72.954.792,57

⁽¹⁾ Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

Fonte: Secretaria de Finanças e Contabilidade (SFC)

Também podem ser observados graficamente a distribuição percentual do orçamento autorizado e da despesa liquidada, ambos classificados por grupo de natureza da despesa:

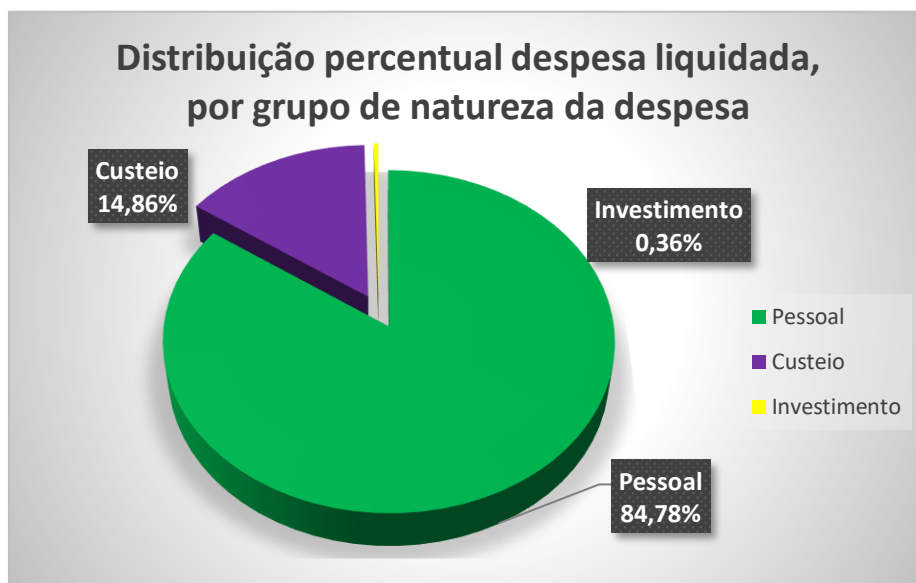
Figura 3 - Distribuição percentual do orçamento autorizado



Fonte: SFC



Figura 4 - Distribuição percentual de despesa liquidada



Fonte: SFC

Gestão Documental

O TCEES dispõe de uma gestão documental, realizada pelo Núcleo de Controle dos Documentos (NCD), que contribui para o adequado funcionamento da Corte. No quadro 6 constam algumas ações realizadas pela unidade:

Quadro 6 - Atividades NCD

Atividades NCD	2º trimestre de 2022
Correspondências expedidas	619
Correspondências recebidas	2.135
Nº de processos arquivados	6.720
Nº de atendimentos online	4.194
Nº atendimentos presenciais	603

Fonte: NCD



Gestão da Tecnologia

O TCEES vislumbrava há alguns anos que a tecnologia funcionaria como instrumento facilitador na realização das suas atividades e, assim, já possuía um relevante histórico de investimentos em tecnologia da informação, o que vem possibilitando a manutenção do teletrabalho. No quadro 7 demonstra-se alguns resultados da área de tecnologia da informação:

Quadro 7 - Dados de Evolução da TI

Evolução da Tecnologia da Informação	2º trimestre 2022
Estações de trabalho	828
Servidores com acesso aos recursos da rede	560
Número de chamados resolvidos no período	3.065
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	4
Sistemas em funcionamento	77
Desenvolvidos pela SGTI	65
Adquiridos de terceiros	12

Fonte: SGTI

Dentre os sistemas que estão em funcionamento, destacam-se os que dão suporte ao controle externo, conforme dispostos no quadro a seguir:

Quadro 8 - Sistemas de Suporte ao Controle Externo

Sistema de suporte ao Controle Externo	Descrição
Acompanhamento de Execuções (Cobranças)	Módulo do e-TCEES que visa apoiar a Secretaria do Ministério Público Especial de Contas (SMPC) na gestão de multas e ressarcimentos relativos a jurisdicionados, decorrentes de processos julgados no TCEES.
Ambiente de Validação do Sistema de Contratação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados testarem o envio, por meio da internet, dos dados referentes à contratações públicas.
Avaliação de Tarefas	Módulo do e-TCEES que permite que algumas peças produzidas, nos processos de controle externo, sejam avaliadas pelos gestores das áreas técnicas. A avaliação abrange diversos



	aspectos, tais como concisão, objetividade e cumprimento de prazo.
Banco de Achados	Plataforma para publicação, revisão e atualização de achados de auditoria.
diárioBOT	O diárioBOT é um robô que coleta publicações do Diário Oficial do Espírito Santo e do Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo e utiliza inteligência artificial a fim de tentar prever a qual tema cada publicação pertence, conforme as especialidades das unidades técnicas do TCEES.
Geo-Obras	Serviço utilizado para acompanhamento de obras e serviços de engenharia realizados pelos jurisdicionados com recursos públicos. Esse serviço possibilita a consulta dos investimentos realizados pelo Governo nas mais diversas regiões do Estado. Por meio da combinação das opções de filtro disponíveis, o cidadão consegue obter informações gerais ou específicas sobre as obras.
Gestão das Sessões Plenárias	Módulo do e-TCEES que permite a gestão de informações das sessões plenárias e das câmaras do Tribunal, incluindo pautas, deliberações, dentre outros.
Gestão de Acompanhamento do MMD	Gestão do painel do e-TCEES que exhibe a avaliação do TCEES frente aos Marcos de Medição de Desempenho (MMD), definidos pela ATRICON. Estão disponíveis as seguintes informações: • Gráfico sintético: compara-se a avaliação realizada pela ATRICON em 2019, a média nacional e a atual avaliação realizada pela ASGOV; • Quadro Analítico: exhibe-se as notas obtidas em cada marco de medição.
Gestão de Enquetes	Serviço que possibilita criação, edição e manutenção de enquetes eletrônicas.
Gestão de Procuradoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento dos procuradores do MPC associados aos processos, por meio de cadastro de sorteio automático e demais eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
Gestão de Relatoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento das relatorias de processos, através da funcionalidade de sorteio de relatoria e cadastros de eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
LRFWeb	Serviço para recebimento dos dados relativos à gestão fiscal dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, com vistas ao controle instituído pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).
Monitoramento de Deliberações	Módulo do e-TCEES que permite o monitoramento de deliberações de processos e acesso às providências cadastradas.



PACE – Plano Anual de Controle Externo	Módulo do e-TCEES que oferece apoio ao planejamento e criação do Plano Anual de Controle Externo (PACE).
Painéis de Gestão	Módulo do e-TCEES que disponibiliza diversos painéis de gestão com indicadores visuais. Estão disponíveis os seguintes painéis de gestão: • Meu setor - Mesa - Visão Geral - Planejamento - Fiscalizações - Processos - Tarefas - Desempenho - Colaboradores - Custos e benefícios • Observatório - Cumprimento Resolução 300 e MMD - Prazos para julgamento - Prazos no setor - Prazos de tarefas - Tempo no setor • Controle externo - Prioritários - Visão geral - Fiscalizações - Benefícios - Sessões - Deliberação - Ouvidoria - Sobrestados • Administrativo - Execução orçamentária - Gestão do orçamento - Recursos Humanos - MMD - Processos - Planejamento - Prazos por processo Gradativamente estão sendo desenvolvidos novos painéis de gestão.
Prestação de Contas Anual	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Anual (PCA).
Prestação de Contas Mensal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Mensal (PCM).



Processo Eletrônico	Módulo do e-TCEES que permite a gestão dos processos eletrônicos de controle externo e administrativos, abrangendo sua autuação, tramitação, gestão de documentos e arquivamento.
Protocolo Eletrônico	Módulo do e-TCEES que permite aos servidores do TCEES o gerenciamento de protocolo eletrônico, incluindo sua criação, movimentação e outras ações.
Sistema de Atos de Pessoal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs), que realizam concurso público para provimento de pessoal, remeter digitalmente ao TCEES informações relativas à admissão de pessoal para cargos e empregos públicos.
Sistema de Benefícios	Módulo do e-TCEES que permite o cadastro e gestão dos benefícios advindos das ações de controle externo tomadas pelo TCEES.
Sistema de Estrutura de Pessoal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes aos cargos, empregos e funções públicas, ou outros tipos de vínculos com a administração pública capixaba.
Sistema de Fiscalização	Módulo do e-TCEES que oferece apoio às atividades de fiscalização realizadas pelos auditores do Tribunal.
Sistema de Folha de Pagamento	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Folha de Pagamento.
Sistema de Levantamento de Educação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs) remeter digitalmente ao TCEES informações relativas ao ensino público municipal.
Sistema Informatizado de Suporte à Auditoria (Sisaud)	Serviço anteriormente utilizado para recebimento dos dados referentes à abertura do exercício, às prestações de contas bimestrais e informações adicionais dos jurisdicionados municipais do TCEES. O sistema recebeu dados relativos aos exercícios de 2002 a 2012. Esse serviço foi descontinuado a partir do exercício de 2013, sendo substituído pelos serviços de Prestação de Contas Anual e Mensal do sistema CidadES. Atualmente é utilizado apenas para consulta.

Fonte: SGTI



AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

As ações de controle externo realizadas, anualmente, pelo TCEES estão discriminadas no Plano Anual de Controle Externo (PACE), que é um instrumento de planejamento elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo (Segex) e aprovado em Plenário.

No 2º trimestre de 2022, foram realizadas análise e instrução de processos de consultas, recursos, pedido de revisão e os referentes às prestações de contas anual (contas de governo e gestão) e, ainda, de processos relacionados a atos concessórios e de admissão de pessoal enviados ao Tribunal pelas unidades gestoras jurisdicionadas.

Ressalta-se ainda que, mensalmente, são elaborados boletins da macrogestão governamental com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios, de modo a permitir, por meio de variáveis de controle e de análises sistêmicas sobre aspectos relevantes, o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos. O Tribunal disponibiliza este instrumento informativo por meio do link:

<https://paineldecontrole.tcees.tc.br/boletinsInformativos/>

Além disto, várias outras ações de controle externo foram iniciadas ou até mesmo completamente executadas no período. Dentre elas, destacam-se as relacionadas às seguintes temáticas:

Saúde

No período, foi finalizado pela área técnica o monitoramento que teve como objetivo verificar o cumprimento das determinações e recomendações contidas no Acórdão 804/2021 - Plenário (peça 89 – Processo TC 5.487/2015). Este monitoramento refere-se à auditoria temática cujo objeto foi a “Regulação do Acesso a Consultas e Exames Especializados”.



Foi realizado também o monitoramento do Acórdão 1.143/2020-9, resultante da recomendação ao município de Santa Teresa para realizar e/ou manter atualizados os diagnósticos locais de saúde e os mapas inteligentes dos territórios.

Tais recomendações originaram-se das deliberações proferidas no Acórdão 1.416/2015, prolatado nos autos do processo TC 2.811/2014, que teve por objeto a realização de auditoria operacional coordenada na atenção básica, conforme acordo de cooperação técnica celebrado, em março de 2014, entre o Tribunal de Contas da União (TCU), tribunais de contas estaduais, Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e Instituto Rui Barbosa (IRB), com a coordenação do TCU.

O objetivo foi avaliar as ações governamentais e identificar os principais problemas que pudessem afetar a qualidade da prestação dos serviços na Atenção Primária em Saúde, sendo selecionada uma amostra com doze municípios do Estado do Espírito Santo. O Município de Santa Teresa, através de sua Secretaria Municipal de Saúde, constou na referida amostra e os monitoramentos das recomendações/ações foram registrados no Processo TC 2.263/2016-8.

Foi realizado ainda o monitoramento do processo TC 5.297/2022. O Acórdão 1.416/2015 foi prolatado no Processo TC 2.811/2014, marco inicial da Auditoria Operacional Coordenada na Atenção Primária à Saúde (AOC-APS), com amostra de 13 Secretarias Municipais de Saúde e, dentre elas, foi selecionada a do Município de Cariacica, para avaliar a estrutura e a prestação dos serviços em nível de Atenção Primária em Saúde (APS), que resultou em Roteiro Único de Monitoramento (RUM).

Insegurança Alimentar

Foi concluído o relatório do levantamento sobre a insegurança alimentar, no intuito de conhecer a situação sobre a temática nos municípios do Estado do Espírito Santo, os fatores relacionados ao fenômeno e as ações e órgãos do poder público responsáveis pelo enfrentamento do problema.



Educação

Foi objeto de controle a fiscalização da compatibilidade das leis orçamentárias dos municípios, por amostragem, e do Estado com seus Planos de Educação.

Foi realizado ainda pelo TCEES, em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o acompanhamento quanto ao cumprimento das metas dos Planos de Educação pelos Municípios do ES.

No período, foi realizada também Auditoria de Conformidade nos procedimentos de contratação de obras da educação selecionados segundo critérios de risco, materialidade, oportunidade e relevância dentre os projetos selecionados no Edital 2021 do FUNPAES.

Além disso, foram realizadas reuniões com especialistas para identificação de principais problemas, e possíveis soluções, na área da educação, com vistas a subsidiar os planejamentos das ações de controle desenvolvidas pelo Tribunal.

Meio Ambiente e Saneamento

Foi concluída, em maio, a fiscalização, na modalidade de auditoria de conformidade, na intervenção da 3ª Ponte (processo TC 899/2022). O foco do Núcleo de Controle Externo de Fiscalização de Meio Ambiente, Saneamento e Mobilidade Urbana na fiscalização foram os estudos de viabilidade técnica, econômico e ambiental (EVTEA) das obras da ciclovia e 3ª faixa.

Foi concluída, em junho, a fiscalização de acompanhamento da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos 78 municípios capixabas, tendo em vista as metas de universalização, até 2033, estabelecidas no Marco de Saneamento. O acompanhamento utilizou as informações declaratórias ao Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS) e permitiu a comparação evolutiva, entre 2019 e 2020, dos indicadores de atendimento total e urbano de água potável e coleta de esgoto, de tratamento de esgoto, novas ligações de água e esgoto e também perdas no sistema de abastecimento de água. Também foram apurados os indicadores de



arrecadação e investimentos realizados no período de 2016 a 2020, além de informações obtidas diretamente pelos municípios sobre os investimentos realizados e metas atingidas em 2021, bem como os recursos constantes da LOA 2022 e metas previstas.

Como resultado, apurou-se que o atendimento total de água potável do Estado em 2020 foi de 81,24%, abaixo da média nacional (84,1%) e da média estadual registrada em 2019, que foi de 81,32%. Quanto ao esgotamento sanitário, verificou-se que o desafio para a universalização até 2033 é ainda maior, visto que índice de coleta total de esgoto foi de 56,90% em 2020, com o avanço de um ponto percentual em relação 2019, cujo valor foi de 55,90%. Entre outros, a fiscalização permitiu também atualizar o ranking de saneamento básico dos municípios capixabas (RSBMC) 2022 e compará-lo com o RSBMC 2021, além de contribuir por meio de dados, informações e deliberações para o alcance das metas do ODS 6 “Água Potável e Saneamento”.

Foi iniciado em junho o planejamento da auditoria para avaliar a implementação da política estadual de saneamento básico. Espera-se contribuir para a melhoria da implementação da política de saneamento básico, no tocante às vertentes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, considerando os desafios estabelecidos pela alteração do Marco de Saneamento em 2020.

Foi concluída no trimestre a proposta de Instrução Normativa para contratação dos serviços de varrição pública. A Instrução Normativa tem por objetivo contribuir para a melhoria do gasto e da governança pública na contratação dos serviços de varrição pública, que é um dos mais onerosos na prestação do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Obras públicas

No trimestre, foi acompanhado o andamento da construção do hospital de Cariacica pelo DER com vistas a garantir a entrega da obra com qualidade e preços adequados no prazo correto. Da mesma forma, houve o



acompanhamento do andamento da construção da Penitenciária de Vila Velha VI pela SEJUS. Ambos acompanhamentos continuam em andamento.

Foi concedida medida cautelar, determinando aos Representados, a suspensão da licitação Concorrência Pública 2/2022. A Representação com pedido de Medida Cautelar foi em face ao município de Marataízes, indicando possíveis irregularidades na CP 2/2022, cujo objeto é contratação de empresas para executar obra de drenagem, esgotamento sanitário e pavimentação de ruas, bem como, a construção de praça do bairro Belo Horizonte.

Mobilidade Urbana

Foi concluída, em maio, uma fiscalização da ampliação da capacidade e a implantação de ciclovia na Terceira Ponte observando, especialmente, a motivação da obra, a regularidade da licitação e o impacto nas obrigações da concessionária, no que tange à manutenção da estrutura.

Foram realizadas também fiscalização das obras de implantação de faixa exclusiva para transporte público coletivo do Programa de Mobilidade Urbana no Município de Serra/ES.

Desestatização e Regulação

Foi realizada a análise concomitante do edital de concessão da Cesan e demais estudos de modelagem da concessão antes da publicação do edital – águas de reuso para fins industriais. Como resultado, foi constatado o aumento da segurança jurídica da licitação, pois foi realizada análise de inconformidades antes do lançamento do edital, além da obtenção de benefício quantitativo de R\$ 22.060.000,00 (conforme conclusão da ITC 2012/2022 – Processo TC 7573/2021).



Auditoria Financeira

No 2º trimestre, foi concluída auditoria financeira das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado (BGE) do exercício de 2021 e monitorados os Planos de Ação homologados pelo Tribunal nas auditorias temáticas de Receita Municipal.

Está em andamento a auditoria financeira da Conta Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de 2021 dos municípios de Vitória e Guarapari.

Despesas com pessoal

No trimestre, foi realizada uma ação conjunta com o TCU visando o acompanhamento e identificação de irregularidades na Folha de Pagamento. Como resultado, houve a geração permanente de indícios para avaliação e definição de ações corretivas através dos resultados da fiscalização contínua de folhas de pagamento.

Previdência

No trimestre, foi elaborado o Boletim Extraordinário da Previdência nº 1/2022: tendências e riscos previdenciários nos municípios capixabas, trabalho em parceria do Núcleo de Controle Externo de Fiscalização de Pessoal e Previdência com o Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Tendências e Riscos. Foi realizado o exame da política previdenciária dos 34 municípios capixabas que possuem Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), mediante amostra de 13 municípios selecionados por critérios.

Foi realizada ainda uma fiscalização no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM) e no Governo do Estado, com ênfase no acompanhamento da gestão previdenciária do Estado no exercício de 2021 para subsídio das contas do Governador.



Parcerias interinstitucionais

Realização de diversas reuniões com o TCU, Ministério da Saúde e demais tribunais de contas estaduais objetivando estabelecer diretrizes sobre o trabalho de eficiência hospitalar. Foi elaborado o ranking de eficiência hospitalar contemplando hospitais do Estado do Espírito Santo.

Ainda com o TCU, foi iniciada uma fiscalização para análise da regularidade das folhas de pagamento dos jurisdicionados do TCEES, com planejamento realizado para execução de duas trilhas de auditoria. Tal trabalho é resultante do Acordo de Cooperação Técnica com o TCU, conforme os critérios de relevância, risco e materialidade.

Em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), foram executadas as atividades do Plano de Trabalho que prevê a realização de Análise territorial da situação de saúde nos municípios do Espírito Santo, a partir da identificação das necessidades e desigualdades no território capixaba, com o objetivo de produzir informação e conhecimento para orientar, de forma qualificada e a partir de evidências, as ações em saúde coletiva no estado.

Também merecem destaque as parcerias do TCEES com o Ministério Público / Gaeco, Controladoria Geral da União / Regional ES, Tribunal de Contas da União / Secretaria Espírito Santo que visam identificar casos relevantes que possibilitem ações de controle.

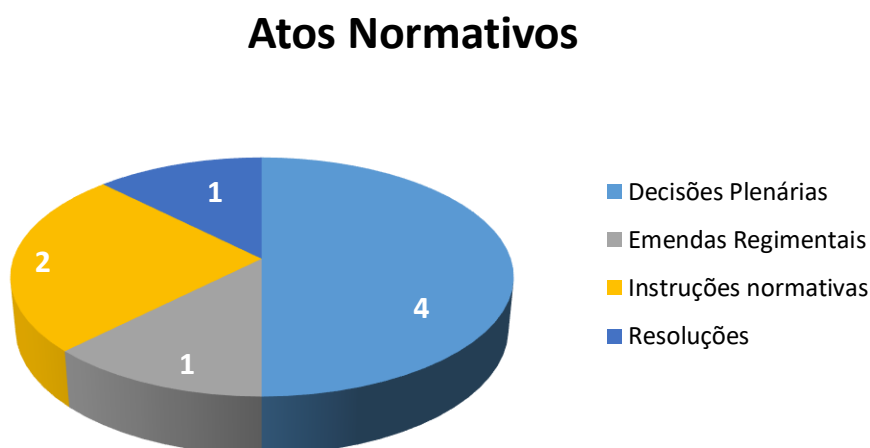


ATOS DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS

O Plenário é constituído por sete conselheiros e dirigido pelo conselheiro presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de decisões, emendas, instruções normativas, resoluções, acórdãos, pareceres prévios e consultas.

Abaixo, demonstra-se o quantitativo, por classificação, dos atos deliberados pelo Plenário no 2º trimestre de 2022:

Figura 5 - Atos Normativos



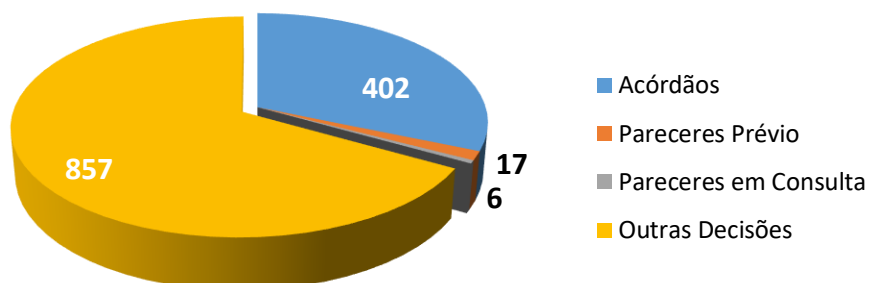
Fonte: Adaptado de SGS

O Plenário, juntamente com as Câmaras, que são compostas, cada uma delas, por três Conselheiros e dois Conselheiros Substitutos, produziram, em conjunto, o quantitativo de apreciações e julgamentos a seguir representado graficamente:



Figura 6 - Apreciações e Julgamentos

Apreciações e Julgamentos



Fonte: Adaptado de SGS

Para o alcance do quantitativo de apreciações e julgamentos apresentados, foram realizadas por este Tribunal, somadas as sessões realizadas pelo Plenário, 1º e 2º Câmaras e Conselho Administrativo, o total de 47 sessões no 2º trimestre de 2022.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluído o 2º trimestre de 2022, verifica-se que houve avanço nas diversas áreas de atuação do TCEES. Esta evolução é demonstrada por meio da avaliação de desempenho aplicada ao Tribunal, no âmbito do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas do Brasil (MMD-TC), desenvolvido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Atualmente este instrumento constitui-se a principal forma de avaliação dos tribunais de contas brasileiros.

Ao ser avaliado com base no MMD-TC, ciclo 2022, o TCEES alcançou 61 pontos dos 80 pontos possíveis nesta avaliação, o que representa o percentual alcançado de 76%.

Ao comparar o percentual obtido da avaliação realizada no ano de 2022 (76%) com o resultado da avaliação do ano de 2019 (55%), aponta-se que houve um crescimento de 38% no total das notas dos indicadores avaliados, o que demonstra relevante evolução do desempenho obtido pelo TCEES nos últimos 3 anos englobando todas as suas áreas de atuação.

Dentre as diversas ações que se destacaram no 2º trimestre de 2022, apontam-se:

- ✓ Início do Encontro de Formação em Controle (Enfoc), maior programa de capacitação presencial do TCEES, que teve início em junho e irá até dezembro, oferecendo cursos de atualização e de aperfeiçoamento para gestores, vereadores e servidores municipais em sete polos do Estado;
- ✓ O índice de satisfação do usuário acerca do atendimento prestado pela Ouvidoria, aponta, no período, o recebimento de 54 avaliações (22 no sistema “Conta pra Gente”, 10 no sistema e-SIC, 18 via telefone e 4 por e-mail), sendo que em 43 avaliações (80%) os usuários avaliaram o atendimento com notas 5 (muito satisfeito – 42 avaliações) e 4 (satisfeito – 1 avaliação);



- ✓ Realização do acompanhamento do cumprimento das metas dos Planos de Educação dos Municípios do ES em parceria com o IJNS;
- ✓ Reuniões com especialistas em educação para identificação de principais problemas e possíveis soluções, com o objetivo de subsidiar ações de controle;
- ✓ Fiscalização na intervenção da 3ª Ponte, que teve como foco os estudos de viabilidade técnica, econômico e ambiental (EVTEA) das obras da ciclovia e 3ª faixa, bem como de acessibilidade à ciclovia;
- ✓ Acompanhamento da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos 78 municípios capixabas;
- ✓ Acompanhamento da construção do hospital de Cariacica pelo DER e da construção da Penitenciária de Vila Velha VI pela Sejus;
- ✓ Fiscalização das obras de implantação de faixa exclusiva para transporte público coletivo do Programa de Mobilidade Urbana no Município de Serra/ES;
- ✓ Análise concomitante do edital de concessão da Cesan antes da publicação do edital, constatando aumento da segurança jurídica da licitação, além da obtenção de benefício quantitativo de mais de R\$ 22 milhões.

Desta forma, em cumprimento da sua função fiscalizadora e orientadora, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo atuou tempestivamente em diversas temáticas, além de ter executado outras importantes iniciativas, alcançando resultados positivos ao longo do período observado.

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

Presidente do TCEES



ANEXO ÚNICO – ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL

